



**OS NEGROS NO MERCADO  
DE TRABALHO DO  
DISTRITO FEDERAL**

**Novembro de 2012**

## **O MERCADO DE TRABALHO EM 2011**

### **Em comemoração ao Dia Nacional da Consciência Negra**

Os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego podem ser desagregados para análises específicas de determinados segmentos sociais ou econômicos, como a inserção de negros e não negros<sup>1</sup> no mercado de trabalho. Assim, visando contribuir para o debate dessa questão, a Fundação Seade e o Dieese apresentam, a seguir, algumas informações sobre esse tema, para Distrito Federal, referentes a 2011.

Tanto os estudos divulgados nos anos anteriores com base em dados gerados pela PED<sup>2</sup> como os realizados por outras instituições de pesquisas e análises têm mostrado que, apesar da redução das desigualdades ao longo das últimas décadas, ainda existem diferenças significativas nas condições de trabalho vivenciadas por negros e não negros. Se por um lado, o crescimento econômico da última década contribuiu para o decréscimo dos diferenciais entre as taxas de desemprego total de negros e não negros (de 5,8 pontos porcentuais, em 2002, para 1,9 pontos porcentuais, em 2011). Por outro, a distribuição do rendimento médio horário indicou manutenção da desigualdade por raça/cor. Os rendimentos dos negros representavam 65,4% do auferido pelos não negros, em 2011.

<sup>1</sup> O segmento de negros é composto por pretos e pardos e o de não negros engloba brancos e amarelos.

<sup>2</sup> “Desigualdade entre negros e não negros ainda persiste no mercado de trabalho”, nov. 2008, “Desigualdade entre negros e não negros no mercado de trabalho, no período 2004-2008”, nov. 2009, “Acesso ao Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda”, nov. 2010, e “Os negros no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo em 2010”, nov. 2011. Disponível em: <[www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br)>.

Esse estudo pretende colaborar para a identificação de alguns aspectos geradores dessas diferenças e de possibilidades de atuação de políticas públicas para diminuir as disparidades no mercado de trabalho.

### **Mercado de trabalho**

Em 2011, no Distrito Federal, os negros representavam 68,0% da População em Idade Ativa (PIA) e 69,2% da População Economicamente Ativa (PEA) – essa representando o conjunto de ocupados e desempregados. Já o contingente de desempregados negros esteve sobrerepresentado (72,6%).

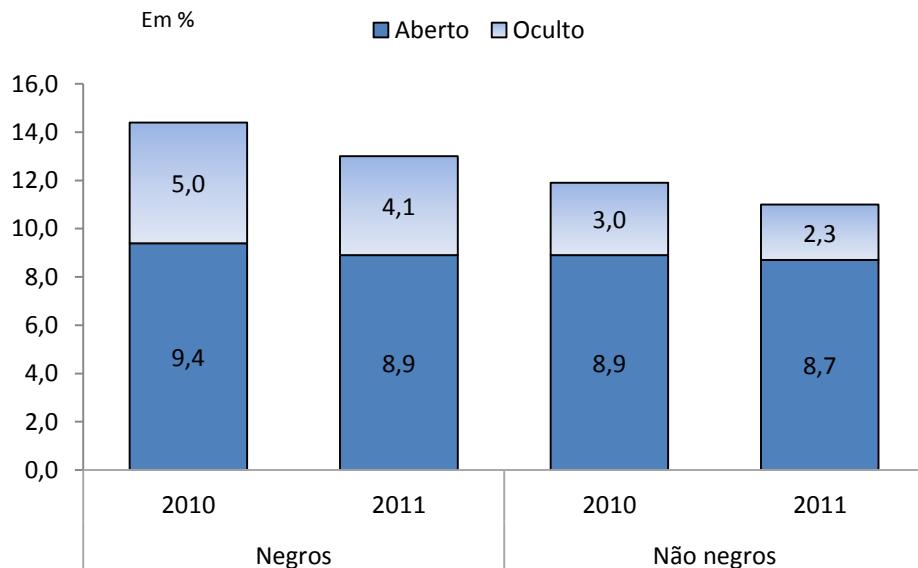
A taxa de participação – definida como a proporção da PEA em relação à PIA – correspondia a 63,7% para os negros e 60,4% para os não negros, em 2011, apresentando decréscimo para ambos os segmentos, em relação a 2010.

Nos últimos anos, a taxa de participação de negros e não negros diminuiu mais intensamente em alguns grupos populacionais específicos, como os mais jovens e as pessoas com menor nível de instrução, refletindo, de um lado, o crescimento econômico no período recente e, de outro, o impacto de políticas públicas que possibilitaram a ampliação do nível de educação da população em geral.

### **Desemprego**

A maior proporção de desempregados entre os negros reflete-se nas diferenças entre as taxas de desemprego desses dois segmentos, o mesmo ocorrendo com suas duas componentes, as taxas de desemprego aberto e oculto (Gráfico 1).

**Gráfico 1**  
**Taxas de desemprego, por tipo, segundo raça/cor**  
**Distrito Federal – 2011**



**Fonte:** PED-DF – Convênio SETRAB-GDF, CODEPLAN, SEADE-SP e DIEESE.

**Nota:** a taxa de desemprego total é composta pela soma das taxas de desemprego aberto e oculto.

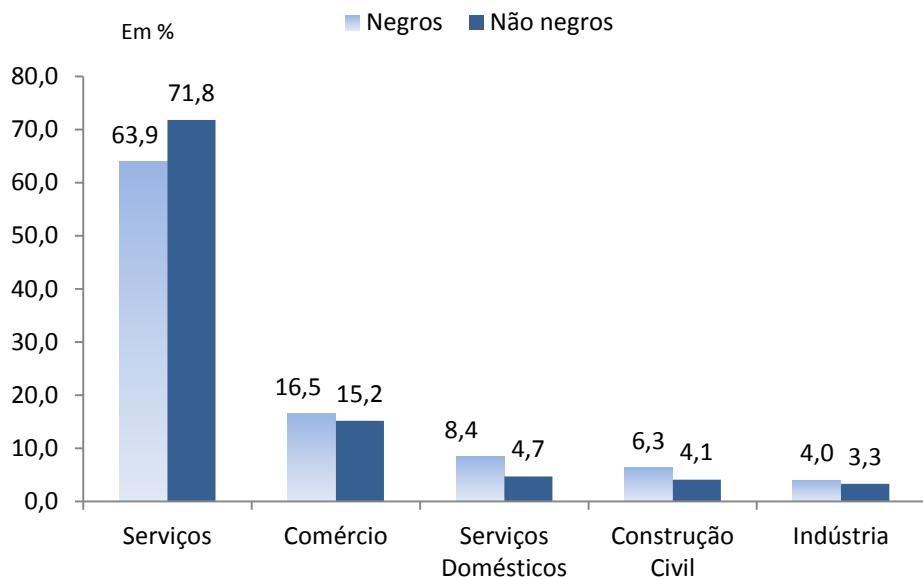
O diferencial das taxas de desemprego total entre negros e não negros diminuiu sensivelmente nos últimos anos, embora a do primeiro segmento ainda supere a do segundo, em 2011 (13,0% e 11,1%, respectivamente). Essa diferença, de 2,0 pontos porcentuais, era de 5,8 pontos porcentuais, em 2002.

A redução da taxa de desemprego, apesar de ter sido generalizada entre os segmentos populacionais analisados, foi mais acentuada entre os negros, reduzindo seus diferenciais em relação aos não negros. As taxas de desemprego de negros e não negros com ensino médio completo e/ou superior incompleto, cônjuges e filhos foram as que mais se aproximaram nos últimos anos.

## Ocupação

Os diferenciais de inserção no mercado de trabalho entre negros e não negros podem ser melhor identificados quando se observa a composição dos ocupados nos principais setores de atividade econômica, por raça/cor (Gráfico 2).

**Gráfico 2**  
**Distribuição dos ocupados, por raça/cor, segundo setores de atividade**  
**Distrito Federal – 2011**



**Fonte:** PED-DF – Convênio SETRAB-GDF, CODEPLAN, SEADE-SP e DIEESE.

O setor de Serviços era responsável por abrigar, em 2011, 63,9% do total de ocupados negros e 71,8% de não negros. Esse percentual foi ligeiramente superior para os negros e manteve-se estável para os não negros em relação a 2010. Exceto nos Serviços, os demais setores de atividade apresentavam maior participação de ocupados negros. A participação da população negra ocupada era levemente superior aos não negros no Comércio (16,5% contra 15,2) e na Indústria (4,0% e 3,3%). A diferença na participação era maior no Emprego Doméstico (8,4% contra 4,7% dos não negros) e na Construção Civil (6,3% e 4,1%). Setores de atividade onde predominam postos de trabalho com menores exigências de qualificação profissional, remunerações mais baixas e relações de trabalho mais precárias, sendo, por consequência, menos valorizadas socialmente.

Pela ótica da posição na ocupação, a participação registrada pelos assalariados negros (71,8%) era pouco menor em relação aos não negros (74,4%) em seu respectivo total de

ocupados, em 2011. Proporcionalmente, os ocupados negros eram mais representados do que os não negros no assalariamento privado (52,0% e 45,8%, respectivamente) e em relação aos empregos com carteira assinada (44,0% e 38,6%, respectivamente), mas também em ocupações que, em geral, não são regulamentadas e cujos rendimentos são menores: assalariados sem carteira de trabalho assinada no setor privado (8,1% para negros e 7,3% para não negros); trabalhadores autônomos (13,2% e 11,3%, respectivamente); e, principalmente, entre trabalhadores domésticos (8,4% e 4,7%, respectivamente) (Tabela 1).

Em contrapartida, nota-se distância entre as participações de negros e não negros assalariados no setor público: enquanto 28,7% do total de ocupados não negros estavam empregados nesse setor, a proporção de negros era de 19,8%. A explicação para essa diferença possivelmente tem origem no fato de grande parcela dos assalariados públicos possuir nível de escolaridade superior. Essa característica, associada ao fato de o ingresso no setor público ocorrer principalmente por meio de concursos, permite inferir que a sub-representação de negros nesse setor deve-se muito mais às suas históricas dificuldades de acesso aos níveis mais elevados de ensino do que a eventuais ações discriminatórias de que possam ser vítimas.

No agregado demais posições – que reúne empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócios familiares, entre outros – a participação de não negros era de 9,7%, e a dos negros, 6,6%. Neste caso, dispor de riqueza acumulada que permita montar um negócio ou possuir nível superior de escolaridade provavelmente são fatores que explicam a exclusão de grande parte dos negros. Em outras palavras, a persistência de elementos históricos, mais do que qualquer outro fator, justifica a desigualdade presente.

**Tabela 1**  
**Distribuição dos ocupados, por raça/cor, segundo posição na ocupação**  
**Distrito Federal – 2011**

Posição na ocupação	Total	Em porcentagem	
		Negros	Não negros
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Total de Assalariados (1)	72,6	71,8	74,4
Setor Privado	50,1	52,0	45,8
Com Carteira	42,3	44,0	38,6
Sem Carteira	7,9	8,1	7,3
Setor Público	22,6	19,8	28,7
Autônomos	12,6	13,2	11,3
Empregados Domésticos	7,3	8,4	4,7
Demais Posições (2)	7,6	6,6	9,7

**Fonte:** PED-DF – Convênio SETRAB-GDF, CODEPLAN, SEADE-SP e DIEESE.

(1) Inclui os assalariados que não sabem a qual setor pertencem.

(2) Inclui empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc.

Explicação semelhante pode ser adotada para a expressiva sobrerepresentação de negros como empregados domésticos. Esse segmento compõe-se de ocupações cujos requisitos de qualificação profissional dependem menos da formação escolar do que da experiência de trabalho. Estudos recentes da Fundação Seade e do Dieese, com base nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego, constataram que o emprego doméstico tem sido exercido predominantemente por mulheres negras, com idade mais avançada e baixo nível de escolaridade.

### Rendimentos do trabalho

As informações sobre os rendimentos do trabalho de negros e não negros no Distrito Federal em 2011 demonstram a permanência de desigualdades há muito tempo identificadas no mercado de trabalho.

As razões mais evidentes dessa desigualdade, em que o rendimento médio por hora<sup>3</sup> de negros (R\$ 10,49) representa 65,4% do rendimento dos não negros (R\$ 16,05), em 2011, residem nas diferentes estruturas ocupacionais em que esses segmentos estão inseridos, conforme anteriormente descritas. Apesar de patamares muito distantes,

<sup>3</sup> Os dados de rendimentos são apresentados por hora com o objetivo de reduzir problemas de comparação devido a diferenciais de jornada de trabalho entre homens e mulheres, raça/cor e setores e ocupações específicas.

observou-se pequena redução da diferença do valor auferido pelos dois segmentos entre 2010 e 2011. Isto ocorreu devido ao aumento de 2,6% dos rendimentos médio por hora dos negros e redução de 3,4% no dos não negros, para esse período.

Em 2011, os Serviços eram o setor de atividade que apresentava maior desigualdade de rendimento por raça/cor, onde os negros receberam 66,2% do rendimento auferido pelos não negros. A desigualdade era pouco menor nos setores de Comércio (76,3%) e Construção Civil (74,3%). No Serviço Doméstico, praticamente não se observou diferença no rendimento por raça/cor (98,8%) (Tabela 2).

**Tabela 2**  
**Rendimento médio real por hora (1) dos ocupados (2) no trabalho principal,  
por raça/cor e sexo, segundo setores de atividade**

**Distrito Federal – 2011**

Setor de atividade	Total	Em reais de junho de 2012					
		Negros			Não Negros		
		Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
<b>Total (3)</b>	<b>12,22</b>	<b>10,49</b>	<b>8,95</b>	<b>11,54</b>	<b>16,05</b>	<b>13,77</b>	<b>18,09</b>
Indústria	8,20	7,36	(4)	7,98	(4)	(4)	(4)
Comércio	6,67	6,11	5,24	6,80	8,01	6,98	8,84
Serviços	15,40	12,95	11,90	14,02	19,57	17,28	21,58
Construção Civil	8,65	8,00	(4)	7,96	10,76	(4)	(4)
Serviços Domésticos	4,18	4,19	4,11	(4)	4,24	4,15	(4)

**Fonte:** PED-DF – Convênio SETRAB-GDF, CODEPLAN, SEADE-SP e DIEESE.

(1) Inflator utilizado: ICV do Dieese.

(2) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Inclui os demais setores de atividade.

(4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

O rendimento médio por hora dos assalariados negros era menor para todas as posições na ocupação, comparativamente ao dos não negros. No setor privado, os ocupados negros com carteira assinada auferiram 73,3% do rendimento dos não negros, enquanto os sem carteira assinada, 68,2%. No setor público, onde se concentravam as ocupações com os maiores salários, os negros recebiam 82,8% do rendimento auferido pelos não negros. Entre os autônomos, essa diferença era de 90,5% (Tabela 3).

**Tabela 3**

**Rendimento médio real por hora (1) dos ocupados (2) no trabalho principal,  
por raça/cor e sexo, segundo posição na ocupação**  
**Distrito Federal – 2011**

Setores de atividade	Total	Em reais de junho de 2012					
		Negros			Não Negros		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	
<b>Total de Ocupados</b>	<b>12,22</b>	<b>10,49</b>	<b>8,95</b>	<b>11,54</b>	<b>16,05</b>	<b>13,77</b>	<b>18,08</b>
Total de Assalariados (3)	13,22	11,41	10,84	11,76	17,46	15,94	18,65
Setor Privado	6,84	6,22	5,64	6,60	8,54	7,70	9,19
Com Carteira	6,76	6,17	5,59	6,53	8,42	7,74	8,94
Sem Carteira	6,99	6,26	5,81	6,48	9,18	(5)	10,41
Setor Público	30,76	28,36	26,41	30,62	34,26	31,00	37,91
Autônomos	7,27	7,18	5,40	8,19	7,93	6,49	9,04
Empregados Domésticos	4,18	4,19	(5)	(5)	4,24	4,15	(5)
Demais Posições (4)	19,65	16,67	13,43	18,22	24,28	(5)	26,88

**Fonte:** PED-DF – Convênio SETRAB-GDF, CODEPLAN, SEADE-SP e DIEESE.

(1) Inflator utilizado: ICV do Dieese.

(2) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Inclui os assalariados que não sabem a qual setor pertencem.

(4) Inclui empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc.

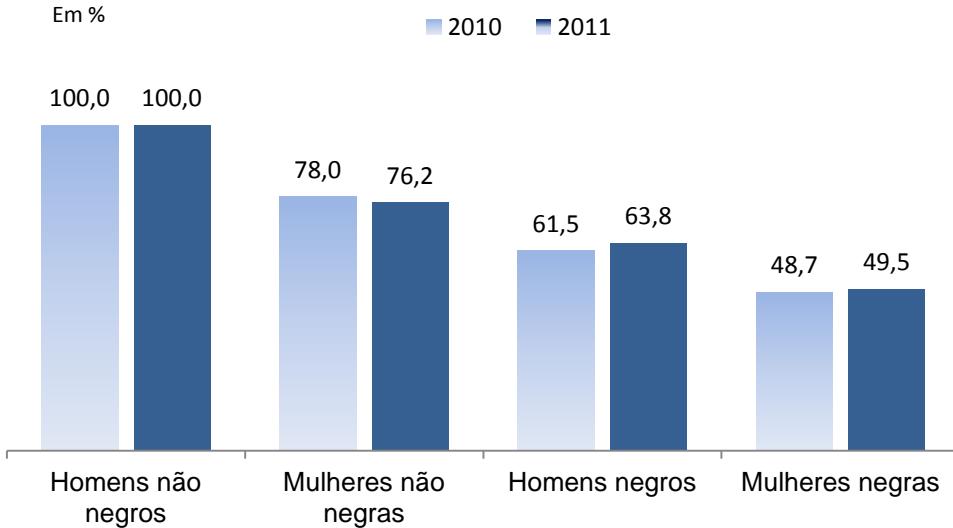
(5) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Os diferenciais de rendimentos por raça/cor associados àquelas referentes ao sexo são reveladores das desigualdades que ainda permanecem no mercado de trabalho da região, mesmo com as suaves melhorias ocorridas entre 2010 e 2011, conforme Gráfico 3.

**Gráfico 3**

**Proporção dos rendimentos médios reais por hora (1) dos ocupados (2), por raça/cor e sexo, em relação aos rendimentos médios reais por hora dos homens não negros**

**Distrito Federal – 2011**



**Fonte:** PED-DF – Convênio SETRAB-GDF, CODEPLAN, SEADE-SP e DIEESE.

(1) Inflator utilizado: ICV do Dieese.

(2) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício.

O crescimento da economia no último ano e seu reflexo positivo no mercado de trabalho do Distrito Federal contribuíram para a melhoria geral desse mercado e, em parte, dos negros. Não obstante esses movimentos, ainda persistem desigualdades e depreende-se que o crescimento econômico por si só não é capaz de garantir igualdade de oportunidades em um horizonte razoável de tempo para as atuais e futuras gerações de trabalhadores, enquanto não se atenuarem as discrepâncias socioeconômicas e, mais especificamente, do nível de escolaridade. Este é um dos principais elementos na melhoria de acesso e da trajetória dos indivíduos no mercado de trabalho, onde as possibilidades de movimentos de ascensão social e econômica são maiores.